PÓS-FORDISMO E TRABALHO EM ANTONIO NEGRI: UM COMENTÁRIO (1)

Benedito Rodrigues de Moraes Neto
Departamento de Economia – UNESP

Resumo
Busca-se analisar as determinações históricas e os desdobramentos do conceito de "trabalho imaterial", alicerce de toda a reflexão de Antonio Negri sobre as feições contemporâneas do capitalismo. Procura-se enfatizar o papel representado pelo fim do taylorismo-fordismo - posto pela automação de base microeletrônica – para o estudo do autor, e, a partir daí, entender a importância conferida à análise feita por Marx nos *Grundrisse* para o entendimento do atual momento histórico. Faz-se uma crítica ao conceito de "trabalho imaterial", procurando todavia tentar compreender seu conteúdo e daí seu sentido histórico. Procura-se portanto entender o sentido histórico da proprosição teórica de Negri, extraindo daí a noção fundamental de que se estaria em face de uma exacerbação da clássica noção marxiana de contradição entre forças produtivas e relações de produção. Com relação a esse ponto, faz-se ao final uma crítica ao encaminhamento da análise de Negri e efetua-se um proposta alternativa de investigação.

Abstract
This paper intends to analyze the historical determinations and the unfoldings of the concept "immaterial labor", which bases Antonio Negri's thoughts concerning the contemporary character of capitalism. We intend to emphasize the role represented by the end of taylorism-fordism – consequence of microelectronic automation – in the author's study and then understand the importance of Marx's analysis in the *Grundrisse* for the understanding of the current historical moment. The concept of "immaterial labor" is critized, even though we intend first to understand its contend and then its historical meaning. We thus try to understand Negri's theoretical proposition in a historical sense, extracting from it the fundamental notion that there is an exacerbation of Marx's classical notion of contradicition between productive forces and means of production. We end with a critique of Negri's analysis developments and offer an alternative investigative approach.

1- O ponto de partida: a destruição histórica do taylorismo-fordismo

Iniciemos nosso debate pelo ponto de partida da significativa produção recente de Antonio Negri: a superação histórica radical do taylorismo-fordismo como forma de produção industrial a partir da introdução da automação de base microeletrônica a partir da década de 80 do século XX, como marca com clareza Luther Blissett:

"During the seventies, unlike his contemporary Camatte, Negri didn't liquidate the proletariat. Rather, he described the new antagonist subjetivities bent on raising hell along the 'social factory', and gathered them under the umbrella-term 'operaio sociale'. Ed Emery ludicrously translates 'operaio sociale' as 'social worker' while it means, more or less, 'diffused worker' (social factory = decentralized factory). The operaio sociale was the personification of the living part of general intellect, the synthesis of a mixed-up class composition which included the younger generations of industrial workers (who, unlike their father and mothers, were absolutely uncontrollable by the unions, real foreign bodies to the traditional mediations of industrial conflict) as well as 'proletarianised' students, former white collars, unemployed (nay, unemployable) graduates, etc.*As the micro-electronic revolution definitively destroyed taylorism-fordism, the definition 'operaio sociale' started being replaced with 'mass intellectuality'(or 'diffused intellectuality')*, which

means all those subjectivities whose work-performance is constructed upon a subordinate, compulsory output of 'creativity'. (grifo nosso) (BLISSETT, 1997, p.2)

Para efeito deste texto, é fundamental deixar marcada a visualização histórica e teórica do taylorismo-fordismo para Negri, bem como deixar clara a assertiva anterior sobre seu ponto de partida. Vejamos algumas citações relevantes:

"A construção dos caminhos e limites desses novos fluxos globais tem sido acompanhada por uma transformação dos próprios processos produtivos dominantes, com o resultado de que o papel da mão-de-obra industrial foi restringido, e em seu lugar ganhou prioridade a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 13)

"O papel central previamente ocupado pela força de trabalho de operários de fábrica na produção de mais-valia está sendo hoje preenchido, cada vez mais, por força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 47)

"Numa época anterior, a categoria do proletariado concentrava-se na – e às vezes era submetida à – classe operária industrial, cuja figura paradigmática era o operário de fábrica, visto em termos de massa. A essa classe operária industrial era atribuído com freqüência o papel principal entre outras configurações de labor (como o trabalho do campo e o trabalho reprodutivo) tanto nas análises econômicas como nos movimentos políticos. Hoje essa classe operária praticamente desapareceu. Não deixou de existir, mas foi removida de sua posição privilegiada na economia capitalista e de sua posição hegemônica na composição de classes do proletariado." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 71)

"A prévia e fundamental transformação tecnológica na História da produção capitalista (isto é, a introdução da linha de montagem e o regime fabril de massa) envolveu modificações decisivas dos processos produtivos imediatos (taylorismo) e um gigantesco passo para a frente na regulamentação do ciclo social de reprodução (fordismo). As transformações tecnológicas da década de 70, entretanto, com sua arremetida à racionalização automática, empurraram esses regimes para o limite extremo de sua eficácia, para o ponto de ruptura. Mecanismos tayloristas e fordianos já não podiam controlar a dinâmica das forças produtivas e sociais." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 288)

"A primeira fase da militância operária propriamente capitalista, isto é, a fase de produção industrial que precede o pleno desenvolvimento de regimes fordianos e tayloristas, foi definida pela figura do *operário profissional*, o trabalhador altamente qualificado organizado hierarquicamente na produção industrial. Essa militância envolveu, principalmente, a transformação do poder específico da valorização do trabalho do operário e da cooperação produtiva numa arma a ser usada num projeto de *reapropriação*, um projeto no qual a figura singular do poder produtivo do operário seria exaltada. Uma república de conselhos operários era seu *slogan*; um soviete de produtores era seu *telos*; e a autonomia na articulação da modernização era o seu programa. O nascimento do sindicato moderno e a constituição do partido como vanguarda datam desse período de lutas operárias e, efetivamente, o superdeterminam. A segunda fase da militância operária capitalista, que correspondeu ao desdobramento dos regimes fordiano e taylorista, foi definida pela figura da *massa operária.* A militância da massa operária combinava sua própria autovalorização como recusa ao trabalho fabril com a extensão do seu poder sobre todos os mecanismos de reprodução social. Seu programa era criar uma *alternativa* real ao sistema de poder capitalista. A organização de sindicatos de massa, a construção do Estado do bem estar social e o reformismo social-democrata resultaram das relações de força que a massa operária definiu e da superdeterminação que ela impôs ao desenvolvimento capitalista. A alternativa comunista atuou nessa fase com um contrapoder dentro dos processos de desenvolvimento capitalista. Hoje, na fase de militância operária que corresponde aos regimes informais de produção pós-fordista, surge a figura do *operário social.* Na figura do

operário social os diversos fios da força de trabalho imaterial são tecidos." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 432-3)

"Vinte anos de reestruturação das grandes fábricas levaram a um estranho paradoxo. Com efeito, é contemporaneamente sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um trabalho vivo sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista." (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p.25)

"Que o trabalho tenha sido o lugar da realização pessoal podia talvez ser verdade para o operário profissional e para as formas de produção 'artesanais'. Mas é seguramente falso depois da introdução do taylorismo e a formação do operário-massa, para quem o trabalho na cadeia de montagem nunca foi uma forma de 'realização de si'" (LAZZARATO, 2001, p.72)

"Os processos de trabalho foram radicalmente modificados pela automação industrial e pela informatização da sociedade. O trabalho imediatamente produtivo foi removido da posição central que havia ocupado durante toda a história precedente da organização capitalista." (NEGRI & HARDT, 2004, p.138)

"É um fato que os processos de criação de valor não têm mais no seu fulcro o trabalho de fábrica. A ditadura da fábrica sobre a sociedade, a sua apresentação como ponto de encontro de todos os processos de formação de valor, e, portanto, a centralidade objetiva do trabalho (assalariado *e manual*) diretamente produtivo estão em vias de extinção." (grifo nosso) (NEGRI & HARDT, 2004, p. 148)

Iniciemos nossos comentários pelos aspectos históricos, ou seja, pela História dos processos de trabalho no capitalismo. Negri (e seus companheiros) caminham ao lado de Benjamin Coriat (referência assumida por Negri para o estudo do processo de trabalho) e de Robert Linhart na caracterização histórica do taylorismo-fordismo:

"No fundo, o que se pretende atingir é a supressão de um determinado tipo de atraso, ou melhor, de desfasamento que obsta à expansão do capital e à sua valorização. O modo de organização do trabalho que apresenta a particularidade de se basear no ofício, ou seja, no *saber* e no *'saber-fazer' operário* dá azo a que a resistência operária se desenvolva com eficácia. O 'saber é para o operário o seu bem mais precioso', diz, com razão, Taylor. É aí que reside o essencial da sua relação de força com o capital. A questão de fundo é uma relação de força e de saber ou, mais precisamente, de *relação de força no saber.* (CORIAT, 1985, p. 87)

"É necessário voltar ao 'antigo melhor sistema' e tomar como principal referência o obstáculo que ele enfrenta. O 'saber-fazer' operário, já vimos, constitui este obstáculo. É à sua decomposição que Taylor procede. (...) Transmitido de geração em geração, além do mais transmitido oralmente e na prática (da aprendizagem) e, portanto, não sistematizado e não codificado, é assim que constitui a força dos operários: *a quase totalidade do saber técnico está ao seu lado, é sua pertença.*" (CORIAT, 1985, p.90)

"Para Taylor trata-se, em última análise, de uma questão de relação de forças e de saber. Precisamente, de relação de forças no saber. No fundo, os operários podem refrear a produção porque os patrões e os dirigentes das empresas os deixam praticamente livres de escolher os métodos de trabalho que consideram bons, que lhes foram transmitidos pelos seus camaradas mais experientes. A perícia profissional é de certo modo um capital nas mãos dos operários: os patrões compram o seu uso, mas não dispõem dele directamente e por consequência ignoram como o trabalho deve ser feito, qual o tempo 'exacto' que deve ser atribuído a cada tarefa, etc. É ao abrigo dessa ignorância dos seus empregadores que os operários impõem as suas próprias normas, inferiores à produtividade possível."(LINHART, 1977, p.85)

"O taylorismo, como expropriação, toma toda a sua dimensão de ofensiva estratégica no plano social quando *investe contra classes operárias poderosas, experimentadas, qualificadas, herdeiras de séculos de ofício, de corporações, de artesanato*." (grifo nosso) (LINHART, 1977, p.108)

Para Negri, Coriat e Linhart, a História dos processos de trabalho sob o capitalismo dividir-se-ia portanto em duas grandes fases: a) Antes de Taylor (melhor seria : Antes de Taylor/Ford) : processos de trabalho intensivos no uso de mão de obra de elevada qualificação de tipo *skill*, para seguir a feliz definição de Raphael Kaplinsky (2). Seriam processos de trabalho de tipo semi-artesanal, utilizadores de trabalhadores assalariados impregnados de "saber-fazer", exercendo atividades de trabalho plenas de conteúdo. Como desdobramento fundamental desses processos de trabalho, a produção fabril não se caracterizaria como produção em massa. b) Depois de Taylor (na verdade, de Taylor/Ford): processos de trabalho libertados do "saber-fazer" operário, a partir, de início, da investida de Taylor sobre o conhecimento dos trabalhadores, e, posteriormente, das inovações produtivas implementadas por Henry Ford, especialmente a linha de montagem móvel. A partir desse momento, o trabalho assalariado passaria a se caracterizar pela profunda ausência de conteúdo, o que levaria a uma profunda desqualificação e padronização. Surgiria assim historicamente a produção em massa.

Essa forma de enxergar a História dos processos de trabalho terá, como veremos, um reflexo muito importante em Negri quando de seu tratamento do conceito marxiano crucial de "trabalho abstrato". Por ora, fiquemos com a seguinte observação de caráter crítico, extensiva aos três autores acima mencionados: o que fazer com os capítulos de *O Capital* nos quais Marx trata da evolução histórica dos processos capitalistas de trabalho, quais sejam: Manufatura e Divisão do Trabalho e (muito especialmente) Maquinaria e Grande Indústria? Como veremos com mais detalhe à frente, Negri tem pelo menos uma saída para a análise do processo de trabalho nos *Grundrisse*, qual seja, a futurologia, coisa aliás bastante disseminada: "A certa altura do desenvolvimento capitalista, que Marx vislumbrou apenas como o futuro, os poderes do trabalho são insuflados pelos poderes da ciência, comunicação e linguagem. (...) O que Marx viu como o futuro é a nossa era." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 386) E quanto à análise realizada em *O Capital*, na qual Marx esclarece, inicialmente, o quanto teria sido crucial para o capital libertar-se da amarra representada por sua dependência da especial habilidade do trabalho vivo presente na cooperação simples e ainda em boa medida na manufatura e, finalmente, que teria ocorrido uma radicalização desse movimento com a introdução da maquinaria, quando então o capital não só se libertaria do saber-fazer operário, como se libertaria do próprio trabalhador enquanto instrumento de produção (a conhecida superação da "barreira orgânica")? Sobre isto, nenhuma palavra, dando a impressão que estamos talvez diante de um aspecto que ajude a explicar a conhecida antipatia de Negri para com *O Capital*. Na verdade,

Negri fornece em alguns momentos a impressão de que, para ele, essa tão famosa contribuição de Marx para o estudo histórico dos processos de trabalho sequer teria existido, como ocorre quando trata do conceito de "trabalho abstrato":

"Devemos registrar que uma conseqüência da informatização da produção e do surgimento do trabalho imaterial tem sido a homogeneização real dos processos laborais. Da perspectiva de Marx no século XIX, as práticas concretas de diversas atividades laborais eram radicalmente heterogêneas: as artes da costura e da tecelagem envolviam ações concretas incomensuráveis. Só quando abstraídas de suas práticas concretas atividades laborais diferentes poderiam ser reunidas e vistas de maneira homogênea, não mais como arte da costura e arte da tecelagem, mas como o gasto da força humana de trabalho, como *trabalho abstrato.*" (NEGRI & HARDT, 2001, p. 313)

Deixemos para depois o incrível tratamento dispensado por Negri a esse conceito fundamental da obra de Marx, aspecto para o qual já nos chamou a atenção Eleutério Prado (PRADO, 2003). Nos interessa agora marcar que, para Negri, o Marx de *O Capital* situava-se na etapa pré-taylorist-fordista, na qual pontificava o trabalho assalariado como "arte", coisa absolutamente surpreendente. Conseqüentemente, diferentemente do que ocorre em vários outros autores, o taylorismo-fordismo não está incorporado analiticamente pela "grande indústria" de *O Capital.* De forma amplamente equivocada, além de fugidia, Negri chega a uma conclusão que nos parece amplamente correta: o taylorismo-fordismo está longe de Marx.

Mais um desdobramento interessante pode ser observado quando se adiciona a incorporação, por Negri, de um instrumento tão anti-marxista quanto o da sucessão de paradigmas econômicos:

"A *modernização* econômica envolve a passagem do primeiro paradigma para o segundo, da preponderância da agricultura para a da indústria. Modernização significa industrialização. Podemos chamar a transição do segundo paradigma para o terceiro, da dominação da indústria para a dominação dos serviços e da informação, de processo de *pós-modernização* econômica, ou melhor, de *informatização.*"(NEGRI & HARDT, 2001, p. 301-2)

Ora, se a modernização equivale a industrialização no sentido do taylorismo-fordismo, se o Marx de *O Capital* encontra-se na etapa pré-taylorista-fordista (conseqüentemente pré-industrial), e se o Marx dos *Grundrisse* apenas em nossos dias acha seu rebatimento histórico, então Marx, o maior teórico da indústria capitalista, só possuiria validade teórica após o fim desta !

Vejamos em seguida, a partir das citações realizadas, qual a visão de Negri sobre a natureza conceitual do processo de trabalho taylorista-fordista. Este ponto será para nós fundamental para tentar entender mais à frente o conceito de "trabalho imaterial", alicerce de toda a construção teórica de Negri. Um primeiro aspecto a enfatizar é a consideração de que o processo de trabalho taylorista-fordista, caracterizado fundamentalmente pelo "trabalho na cadeia de montagem", utiliza de forma "massiva" o homem como instrumento de produção, o que se desdobra no surgimento histórico do "operário industrial visto em termos de massa", da "massa operária", ou do "operário-

massa". Essa utilização em massa do trabalho vivo imediato acha-se fundamentalmente determinada por uma consideração para nós essencial do próprio Negri: trata-se de trabalho industrial "assalariado e *manual*". Trata-se, ainda que Negri não extraia daí as considerações pertinentes, de uma visão a nosso juízo correta acerca da natureza conceitual do taylorismo-fordismo, o qual, ao utilizar amplamente o trabalho manual, aproxima-se da manufatura e afasta-se da maquinaria. Isto obviamente não se caracteriza como questão para Negri, que desconsidera amplamente a introdução histórica da maquinaria como aspecto essencial da revolução industrial ultimada em meados do século XIX (elemento crucial da reflexão de Marx). Fiquemos, para efeito deste texto, com o seguinte fato: *para Negri, a produção industrial, ou seja, a mais importante parcela da produção material, caracterizava-se, até os anos 70 do século XX, como produção realizada a partir do trabalho manual.* Não é por outra razão que *Negri amarra produção material a trabalho manual*, coisa que irá determinar, mais à frente, sua visão sobre a natureza do "trabalho imaterial".

Vejamos um elemento adicional que se extrai das citações feitas: a visão de Negri de que o taylorismo-fordismo caracterizaria toda a produção industrial do início do século XX até os anos 70 desse século. Essa visão generalizante do taylorismo-fordismo é bastante disseminada e já foi criticada por nós em outros trabalhos. (cf MORAES NETO, 2003) Aqui, o que interessa enfatizar é que, se Negri tivesse se dado conta de que uma parcela significativa da produção industrial teria dispensado o taylorismo-fordismo em seu processo de desenvolvimento – fundamentalmente a indústria de processo contínuo, talvez tivesse ficado menos seguro de suas idéias acerca dos "pré-requisitos do comunismo". Explicando melhor: um importante segmento da produção industrial no século XX caminhou no sentido de organizar a produção como uma "aplicação tecnológica da ciência", para usar famosa expressão de Marx nos *Grundrisse*. Em função de elevados níveis de automação alcançados já antes da emergência da microeletrônica, esse grande segmento desde há muito tempo vem utilizando uma força de trabalho assalariada dotada de mais elevado nível de qualificação, de maior autonomia e de significativo envolvimento, em formas gestionárias menos hierarquizadas, com utilização intensa do trabalho em grupo. Em outras palavras, nem todo o trabalho voltado à produção material foi, até a década de 70 do século XX, de natureza manual (isto seria afinal ainda mais espantoso do que já é a presença extremamente relevante do taylorismo-fordismo ao longo do século XX). Uma parcela significativa já se ajustara plenamente à caracterização feita por Marx nos *Grundrisse* acerca do trabalho sob a automação avançada, implicando em proeminência dos aspectos intelectuais do trabalho.

Verifiquemos em seguida os desdobramentos sobre o trabalho humano da "explosão" do processo de trabalho taylorista-fordista ocasionado pela introdução da moderna automação.

2- O ponto de chegada: o trabalho pós-fordista

A partir do momento em que se supera a dependência do trabalho manual (atenção: estamos na década de 70 do século XX, coisa que não deixa perplexos Negri e seus companheiros), ou seja, se supera o fordismo, o trabalho passa a adquirir características já mencionadas em citações anteriores: "mão de obra comunicativa, cooperativa e cordial", "força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa". Vejamos a coisa mais de perto, estabelecendo uma seqüência que possa ser útil ao esclarecimento das idéias do(s) autor(es):

2.1- O "trabalho imaterial" e seu conceito

Iniciemos com um conjunto de citações que deixam evidente, desde logo, as dificuldades advindas do conceito crucial na obra de Negri de "trabalho imaterial":

"Sustentaremos que entre os diversos elementos de produção hoje ativos, a figura da força de trabalho imaterial (envolvida em comunicação, cooperação, dedicação e reprodução de cuidados) ocupa posição cada vez mais central tanto nos esquemas de produção capitalista como na composição do proletariado." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 72)

"Os setores de serviço da economia apresentam um modelo mais rico de comunicação produtiva. A maioria dos serviços de fato se baseia na permuta contínua de informações e conhecimentos. Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial* – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 311)

"O modelo do computador pode, pois, explicar apenas um lado do trabalho comunicacional e imaterial envolvido na produção de serviços. A outra face do trabalho imaterial é o *trabalho afetivo* de contato e interação humanos. Serviços de saúde, por exemplo, baseiam-se essencialmente em cuidados e em trabalho afetivo, e a indústria de entretenimento está, da mesma forma, centrada na criação e manipulação de afeto." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 313)

"Em resumo, podemos distinguir três tipos de trabalho imaterial que impulsionam o setor de serviços, no topo da economia informacional. O primeiro está envolvido numa produção industrial que foi informacionalizada e incorporou tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. A atividade fabril é vista como serviço, e o trabalho material da produção de bens duráveis mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina na direção dele. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina do outro. Finalmente, a terceira espécie de trabalho imaterial envolve a produção e a manipulação de afetos e requer contato humano (virtual ou real), bem como trabalho do tipo físico. Esses são os três tipos de trabalho que impulsionam a pós-modernização da economia global."(NEGRI & HARDT, 2001, p.314)

"A integração do trabalho imaterial no trabalho industrial e terciário torna-se uma das principais fontes da produção (...)" (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p.26)

" *O trabalho imaterial* – Todas as características da economia pós-industrial (presentes tanto na indústria quanto no terciário) são acentuadas na forma da produção 'imaterial' propriamente dita. A produção audiovisual, a publicidade, a moda, a produção de *software*, a gestão do território, etc. são definidas através da relação particular que a produção mantém com o seu mercado e os seus consumidores." (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p.45)

Como se pode depreender das citações acima, Negri e colegas não se preocuparam em fornecer ao seu conceito-chave uma maior solidez conceitual. No fundo, parece mesmo que a única coisa que pode marcar conceitualmente o conceito de "trabalho imaterial" é que *ele não é trabalho manual.* Isto se depreende desde logo do completo desvinculamento do conceito relativamente à natureza do produto do trabalho, ou da natureza do valor-de-uso resultante da atividade de trabalho. Esta é a referência de Marx para conceituar "produção imaterial", ou "produção não material":

"No caso da produção não material, mesmo quando efetuada exclusivamente com vistas ao intercâmbio e produz mercadorias, existem duas possibilidades: 1) ela resulta em mercadorias, que existem separadamente do produtor, e assim podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo, como livros, quadros, todos os produtos artísticos que são diferentes da atividade artística do artista que a executa. (...) 2) o produto não é separável do ato de produzir." (MARX, 1975, p.102-3)

Conforme observa Ruy Fausto, "nesse texto aparece assim a noção de produção imaterial, que pode de resto ter ou não um resultado material (a produção artística e literária não é material mas ela deixa um resultado material)" (FAUSTO, 1987, p.248) Fica bastante claro que a "produção imaterial", e o seu trabalho associado, o "trabalho imaterial" estaria, nos dois casos assinalados, ou seja, tendo ou não um resultado material, associada à produção de um "serviço", assim caracterizado por Marx: "Serviço é em geral somente a expressão para o *valor de uso particular* do trabalho, na medida em que ele não é útil como coisa, mas como atividade." (MARX, 1975, p.102) Poder-se-ia afirmar, todavia, que aquilo que acontece com a produção artística e literária aconteceria com a produção material em geral, na medida em que "por trás" de um produto material existe sempre um "serviço": um produto mecânico, elétrico ou eletrônico exige um "serviço" de projeto de engenharia; um automóvel exigiria adicionalmente um "serviço" de projeto de "design", coisa que ocorre crescentemente com os bens de consumo duráveis em geral; um produto têxtil pode exigir um "serviço" de arte plástica; um produto de vestuário exige um "serviço" de "design"; um produto alimentício exige um "serviço" de engenharia de alimentos; um produto farmacêutico exige um "serviço" de pesquisa científica, etc... Todavia, se caminhássemos nessa direção, seríamos obrigados a imaterializar o trabalho e a produção desde os primeiros passos do capitalismo; afinal, por trás das máquinas têxteis da Revolução Industrial sempre houve um "serviço" de projeto de engenharia; por trás da revolução siderúrgica da virada do século XIX para o século XX houve "serviços" de projeto para a geração dos famosos fornos Siemens-Martin, por exemplo; por trás da produção industrial sempre houve o "serviço" daquilo que muito mais tarde ficaria conhecido como Engenharia de Produção; por trás do Ford Modelo T houve um "serviço" de projeto do produto, etc... Afinal, se o capitalismo, desde seus primeiros passos, tornou a produção uma "aplicação tecnológica da ciência", inexoravelmente teve que introjetar, no interior da atividade industrial, uma

importante atividade de "serviço". Estamos colocando "serviço" entre aspas porque nesse caso essa atividade só pode ser assim considerada por analogia, pois todas essas atividades acabariam se materializando em uma coisa, em um objeto material, o que as descaracterizaria como serviço propriamente dito. E isto assim permanece mesmo que ocorra especialização produtiva nesses "serviços", separando-os, em termos de unidades produtivas, da produção *stricto sensu.* Ou seja, independentemente de sua localização na divisão social do trabalho, o imenso conjunto dos "serviços" ligados à produção industrial acabam, ao final, materializando-se em uma coisa, o que lhes fornece o caráter de trabalho material. Deve-se observar que o raciocínio está se restringindo à produção industrial capitalista enquanto processo de trabalho, pois a adição de sua natureza enquanto processo de valorização traria, para dentro da atividade industrial, um imenso contingente de atividades de "serviço" voltadas ao objetivo fundamental da produção capitalista: contabilidade, custos, finanças, recursos humanos, marketing, etc. A afirmação pretensamente auto-explicativa de Negri segundo a qual, no momento histórico que atravessamos, a atividade industrial deve passar a ser "vista como serviço", não é na verdade nada esclarecedora. Parece-nos, como já assinalamos, que o aspecto fundamental para Negri está na eliminação do trabalho assalariado industrial enquanto trabalho manual típico do fordismo. Este seria então o único "trabalho material"; ou seja, para ser "trabalho material", seria necessário que o trabalhador estivesse fisicamente ligado à matéria, fundamentalmente como trabalhador manual em uma linha de montagem fordista. Na medida em que a automação de base microeletrônica elimina esse trabalho específico, o que permanece é "serviço", ou seja, atividade de trabalho fisicamente distante da matéria. Todo o trabalho, ligado ou não à reprodução material da sociedade, se tornaria "trabalho imaterial". Desde logo, tal visão contradiz a própria afirmação do(s) autor(es) explicitada em citação acima: "Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial* – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação". Ora, como seria possível, a um só tempo, considerar o trabalho imaterial como aquele exclusivamente voltado à produção de serviços, a qual "não resulta em bem material e durável", e depois levar esse mesmo trabalho imaterial para o interior de toda a atividade industrial, por definição produtora de bens materiais? Como já dissemos, não há preocupação do(s)autor(es) com as ambigüidades por ele(s) mesmo(s) postas para o conceito que funciona como alicerce de todo o edifício teórico.

Acreditamos que, para tentar clarear as idéias sobre "trabalho material / trabalho imaterial", deveremos retornar a Marx. Em primeiro lugar, vale mencionar que Marx, ao realizar a caracterização a partir do resultado da produção e do trabalho, desconsidera completamente todas as atividades humanas exclusivamente vinculadas à forma social capitalista. Tal coisa nos parece

absolutamente correta; afinal, faria sentido separar a atividade de um contador empregado em uma fábrica de alfinetes da de um contador empregado em um parque de diversões? Fixa-se Marx portanto na natureza do processo produtivo enquanto processo de trabalho, e a partir daí define claramente o trabalho imaterial como aquele no qual prepondera a atividade enquanto serviço. Para um imenso conjunto dessas atividades, não existiria qualquer dificuldade conceitual, pois elas se caracterizariam claramente: "não são úteis como coisa, mas como atividade". Todo o trabalho imediatamente envolvido com a oferta de serviços de saúde e educação, bem como parcela significativa das atividades artísticas, com as artes cênicas em geral, estariam nesse caso. A única dificuldade ocorreria para o caso daquelas atividades que, ainda que imateriais, produziriam um resultado material, como ocorre com a literatura e as artes plásticas. Talvez fosse útil nesse caso fazer a separação das atividades envolvidas. Afinal, a produção de um romance, um conto, um projeto gráfico de literatura infantil, etc., enquanto atividades imateriais totalmente desvinculadas da reprodução material da sociedade, nada têm a ver com a atividade da produção gráfica enquanto tal, tipicamente industrial, produtora de coisas. Já no caso das artes plásticas, tal divisão somente faria sentido para o caso da reprodução, e não para a produção, pois, nesse último caso, a existência de uma "coisa" é requisito mesmo da imaterialidade da atividade do artista.

Após essas considerações, fica para nós a questão: o que quer realmente retirar Negri de sua generalização conceitual de "trabalho imaterial", ou seja, de um "trabalho imaterial" envolvido indistintamente com a produção material e a produção imaterial? Parece-nos que o fundamental está na natureza, no conteúdo da atividade de trabalho. Ou seja, na medida em que, através do progresso científico e tecnológico de nossa época, supera-se o trabalho manual como característica por excelência do trabalho produtivo, de natureza industrial (consubstanciando assim a emergência histórica da antevisão de Marx nos *Grundrisse*) e que, ao novo tipo de trabalho na indústria, agora impregnado de conhecimento técnico-científico, se somam as atividades de trabalho produtoras de serviços, em relevante medida exigentes de competência técnica, criatividade e afetividade – coisa que nos levará ao conceito de "biopoder", na medida em que se adiciona, "aos aspectos intelectuais e incorpóreos das práticas trabalhistas, a produtividade dos corpos e o valor do afeto" (NEGRI & HARDT, 2001, p. 48-9) – *generalizar-se-ia na sociedade capitalista avançada a atividade de trabalho impregnada de conteúdo.* Em outras palavras, o trabalho humano tornar-se-ia crescentemente qualificado, seja qual for a proporção, nessa qualificação, de *skill* ou de *knowledge*, para usar mais uma vez a noção de Kaplinsky(1985). Que este é o conteúdo proposto por Negri para o conceito de "trabalho imaterial" pode ser ilustrado pelo fato de que um trabalho tão imaterial como o de telemarketing, por exemplo, não apresentaria nenhuma das características consideras típicas do "trabalho imaterial". Se nossa ilação é correta, o conceito de "trabalho imaterial" em

Negri, central em sua construção teórica, é pouco feliz, causador de dificuldades teóricas absolutamente inúteis. Fiquemos, no que se segue, com o que realmente importa, qual seja, a noção da generalização, no interior da sociedade capitalista avançada, da atividade de trabalho impregnada de conteúdo.

2.2 - Os desdobramentos do "trabalho imaterial"

2.2.1 – A "nova configuração de subjetividade"

A questão central para o estudo dos desdobramentos do "trabalho imaterial" é a vinculação entre ele e uma "nova configuração de subjetividade", a qual já pôde ser observada em citações anteriores, quando das referências a uma "mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial", "força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa", "força de trabalho envolvida em comunicação, cooperação, dedicação e reprodução de cuidados". Vejamos mais algumas citações esclarecedoras sobre a "nova subjetividade" vinculada às atividades de trabalho em nossos dias:

"As únicas configurações de capital capazes de prosperar no novo mundo são as que se adaptarem à nova composição de força de trabalho imaterial, cooperativa, comunicativa e afetiva – e a governarem." (NEGRI & HARDT, 2001, p.297)

"Devíamos assinalar antes de prosseguir que em cada forma de trabalho imaterial a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais. (...) *a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral (...)*" (NEGRI & HARDT, 2001, p. 315)

"Hoje o trabalho é, de imediato, uma força social animada pelos poderes do conhecimento, do afeto, da ciência e da linguagem." (NEGRI & HARDT, 2001, p. 379-80)

"(...) definição dessa força de trabalho como rica de capacidade e de criatividade (...)" (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p.27)

"É sobre esta base que a questão da subjetividade pode ser colocada como o faz Marx, isto é, como questão relativa à transformação radical do sujeito na sua relação com a produção. Esta relação não é mais uma relação de simples subordinação ao capital. Ao contrário, esta relação se põe em termos de independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital. Em segundo lugar, esta relação se põe em termos de autonomia com relação à exploração, isto é, como capacidade produtiva, individual e coletiva, que se manifesta como capacidade de fruição. (...) segundo uma outra intuição marxiana, o mérito de Fourier é aquele de não ter oposto o trabalho ao prazer.(...) O desenvolvimento do discurso marxiano no interior de uma terminologia relativa à economia não nos impede de apreender a formidável efetividade da tendência. Ao contrário, nos permite visualizar todas as articulações da fase de desenvolvimento capitalista na qual nós vivemos e na qual se desenvolvem os elementos constitutivos da nova subjetividade. É suficiente reter-se sobre dois dos seus elementos: a independência da atividade produtiva em face à organização capitalista da produção e o processo de constituição de uma subjetividade autônoma ao redor do que chamamos de 'intelectualidade de massa'" (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p.31)

"No trabalho imaterial como 'autor', faz-se necessário sublinhar a radical autonomia das sinergias produtivas (...) A submissão à lógica capitalista da forma de cooperação e do 'valor de uso' desta atividade não tolhe a autonomia e a independência da sua constituição e do seu sentido." (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p. 49-50)

"Na passagem do taylorismo ao pós-taylorismo, e do fordismo ao pós-fordismo, a subjetividade e a cooperação produtiva foram incentivadas como condições, e não como resultados, do processo de trabalho (...) nesse processo, a eficiência industrial é submetida às regras de autonomia e de auto-ativação da classe operária." (NEGRI & HARDT, 2004, p. 145-6)

Deixando aqui de lado a bastante estranha causalidade negriana, que vai da nova subjetividade operária – que teria dado origem à crise do processo de trabalho taylorista-fordista na virada dos anos 60 para os anos 70 do século XX – para o pós-fordismo, presente na primeira das citações acima, parece-nos que a grande novidade histórica da "nova configuração de subjetividade" nada mais revela que algo bastante conhecido da História do capitalismo, qual seja, a natureza da subjetividade inexoravelmente associada a um trabalho impregnado de conteúdo, a um trabalho qualificado. Vejamos este fato em diferentes segmentos produtivos e em diferentes momentos da História:

"As relações básicas de produção na indústria automobilística que caracterizam sua produção no primeiro estágio, de 1900 a 1912, foram essencialmente herdadas da indústria de bicicletas. (...) A primeira casa, que se tornou a Ford Motor Company, de fato refletiu a organização produtiva das fábricas de bicicletas. Era uma pequena oficina que continha dois tornos mecânicos, duas perfuratrizes, uma fresadora, uma plaina mecânica para madeira, uma serra manual, uma esmerilhadora e uma forja. Sua força de trabalho consistia de quatro mecânicos, um modelador, um desenhista e um ferreiro. Isto foi em outubro de 1902. Eles produziram um carro em dezembro e então mudaram sua 'operação' para uma remodelada oficina de vagão, usando uma máquina OLDS a gasolina para movimentar o seu equipamento. A força de trabalho foi elevada para cerca de 125 trabalhadores e a companhia colocou no mercado 1700 carros naquele ano. Todas as partes eram contratadas externamente. Somente a montagem e o projeto de algumas das partes eram feitos na oficina. Na fábrica, os trabalhadores operavam como uma equipe. Eles planejavam a produção, resolviam problemas de projeto e construíam os carros inteiros juntos, como uma unidade. Esta era a maneira pela qual eles aprenderam a fazer bicicletas e foram essas as relações de trabalho que eles trouxeram para os automóveis." (MALTESE, 1975)

" Segundo Blauner (1964) [para o caso das indústrias de processo contínuo], a integração do processo e a conseqüente interdependência das fases requer uma certa polivalência dos operadores através da capacidade de elaborar respostas rápidas para uma ampla variedade de problemas. Nesse sentido o operador deverá dispor de razoável grau de liberdade para movimentação e ação para se antecipar e agir contra disfunções. Essa mobilidade aumenta para o operador a concepção do total das operações na empresa, embora não exista uma compreensão da natureza técnico-científica dos processos. O autor observa também que, nos sistemas de processo contínuo, a responsabilidade é o principal requisito para o trabalhador da produção, em função do alto custo das instalações e para se assegurar uma fluxo contínuo de produção. (...) Quanto à supervisão, esta adquiriria, na indústria de processo contínuo, características no sentido de uma menor rigidez e de maior integração e colaboração entre supervisor e trabalhadores. De acordo com Blauner (1964), a tecnologia, a organização do trabalho, bem como a estrutura social dessas indústrias contribuiriam para um clima de integração e colaboração. Uma vez que nos sistemas de produção automatizados, as funções dos operadores são muito mais de responsabilidade do que de habilidades de operação, as necessidades de troca de informações e contato pessoal entre os operadores e supervisores, engenheiros, etc., seriam muito maiores. A natureza dos contatos entre estes tenderia portanto a ser muito mais consultiva do que de ordem organizacional e disciplinar, facilitando portanto a introdução de formas mais participativas de gestão." (FERRO, TOLEDO & TRUZZI, 1985, p.16-19)

A vinculação entre avanço da automação e qualificação do trabalho, por nós discutida em texto anterior (MORAES NETO, 2003), já havia sido claramente exposta por Marx nos *Grundrisse*, como se depreende dos trechos abaixo:

"Trabalharás com o suor de teu rosto ! , foi a maldição que Jeová lançou a Adão, e é desta maneira, como maldição, que Adam Smith concebe o trabalho. O 'repouso' aparece como o estado adequado, como idêntico à 'liberdade' e à 'fortuna'. Parece estar muito longe de seu pensamento que o indivíduo, 'em seu estado normal de saúde, vigor, atividade, habilidade e destreza' tenha também a necessidade de sua porção normal de trabalho e da supressão do repouso. (...) Tem razão, sem dúvida, Adam Smith, na medida em que as formas históricas de trabalho – como trabalho escravo, servil, assalariado – sempre se apresentaram como trabalho forçado, imposto exteriormente, frente ao qual o não-trabalho aparece como 'liberdade e fortuna'. Isto é duplamente verdadeiro: é verdadeiro com relação a este trabalho antitético ['quer dizer, condicionado por uma antítese de classe' (ROSDOLSKY, p.474)] , e , em conexão com ele, ao trabalho para o qual ainda não se criaram as condições subjetivas e objetivas para que se torne trabalho atraente, auto-realização do indivíduo, o que de modo algum significa que seja mera diversão, mero entretenimento, como concebia Fourier. Precisamente, os trabalhos realmente livres, como por exemplo a composição musical, são ao mesmo tempo terrivelmente sérios e exigem o mais intenso dos esforços. O trabalho da produção material só pode adquirir esse caráter (de trabalho realmente livre, emancipado) : 1) Se o seu conteúdo se tornar diretamente social; 2) Se se revestir de um caráter científico e surgir diretamente como tempo de trabalho geral. Por outras palavras se deixar de ser o esforço do homem, simples força de trabalho natural no estado bruto tendo sofrido um determinado treinamento, para se tornar a atividade do sujeito que regula todas as forças da natureza no seio do processo de produção." (MARX, 1978, p. 119-120)

"A incumbência histórica do capital está cumprida, finalmente, pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, ao que instiga continuamente o capital, desenvolvimento que alcançou um ponto tal que a posse e a conservação da riqueza geral por um lado exige tão somente um tempo de trabalho menor para a sociedade inteira, e por outra a sociedade laboriosa se relaciona cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, de sua reprodução em plenitude cada vez maior: por conseguinte, cessou de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que pode conseguir que as coisas façam em seu lugar. (...) Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital, todavia, impulsiona o trabalho mais além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, tão multilateral em sua produção como em seu consumo, e cujo trabalho, em conseqüência, tampouco se apresenta como trabalho, senão como desenvolvimento pleno da atividade mesma, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma direta, porque uma necessidade produzida historicamente substituiu a natural. Por esta razão o capital é produtivo; quer dizer, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento das forças produtivas encontra um limite no próprio capital" (MARX, apud ROSDOLSKY, 1985, p.467-468)

Na primeira citação verificamos que, para Marx, a crescente automação, ou seja, a transformação crescente dos processos de produção em uma "aplicação tecnológica da ciência", caracteriza-se como pré-condição material para que se possa caminhar em direção a uma sociedade humana na qual o trabalho ligado à sua reprodução material possa ser caracterizado não como trabalho (no sentido de trabalho alienado), mas sim como atividade, como parte fundamental do livre

desenvolvimento das individualidades, o que quer dizer trabalho impregnado de conteúdo, exigente de qualificação, de utilização das imensas potencialidades do cérebro humano. É claro que deve-se ressaltar que a efetivação dessa possibilidade exigiria para Marx que o trabalho passasse a ser imediatamente social, ou seja, que se superasse a forma mercadoria dos produtos do trabalho. Em outras palavras, a permanência do capitalismo impossibilitaria a conquista de todas as potencialidades, as quais foram abertas pelo fato de que, a partir do revolucionamento das forças produtivas, "cessou de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que pode conseguir que as coisas façam em seu lugar", o que permite que "a sociedade laboriosa se relacione cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva". O desenvolvimento das forças produtivas encetado pelo regime capitalista de produção cria portanto "os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, tão multilateral em sua produção como em seu consumo, e cujo trabalho, em conseqüência, tampouco se apresenta como trabalho, senão como desenvolvimento pleno da atividade mesma".

As citações acima, extremamente esclarecedoras sobre a visão de Marx sobre os efeitos da automação sobre o trabalho, esclarecem também as razões pelas quais Negri se ancora de forma tão intensa e tão vivamente assumida nos *Grundrisse* : se a produção sob o taylorismo-fordismo é de caráter "manual", conforme corretamente assume Negri, então, a partir de sua destruição histórica pela nova automação, "cessou (obs: agora definitivamente) de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que pode conseguir que as coisas façam em seu lugar". Como afirmamos em outro lugar, a História da produção material se "grundrissizaria" amplamente (MORAES NETO, 2004), na medida em que, com a superação do medíocre desvio histórico representado pelo taylorismo-fordismo, alcançar-se-ia finalmente a radical superação da "barreira orgânica" representada pelo uso do ser humano como instrumento de produção. Marx já saudava o grande feito histórico do capital, qual seja, a superação do homem como instrumento de produção, o qual, dada a surpresa histórica do taylorismo-fordismo, só se generalizaria em nossos dias:

"Esta progressão contínua de consciência e experiência – diz Babbage – é a nossa grande força. Esta progressão, este progresso social, pertence e vem explorado pelo capital. Todas as precedentes formas de propriedade condenam a maior parte da humanidade, os escravos, a serem instrumentos de trabalho. O desenvolvimento histórico, o desenvolvimento político, a arte, a ciência, etc., se movem nas esferas superiores, acima delas. Somente o capital, ao contrário, capturou o processo histórico para pô-lo a serviço da riqueza" (MARX, apud NEGRI & LAZZARATO, 2001, p. 80)

Parece-nos que a tentativa de entendimento que foi feita para o caso dos efeitos do progresso científico e tecnológico sobre o trabalho envolvido na reprodução material da sociedade é a única que se justifica. Afinal, qual teria sido a alteração implementada pelo progresso recente na natureza do trabalho não material (ou seja, na sua "configuração de subjetividade")? Nenhuma, obviamente.

As atividades de trabalho ligadas à educação, à saúde, ao entretenimento, à produção artística, à ciência, etc..., sempre foram e sempre serão extremamente impregnadas de conteúdo, independentemente dos recursos técnicos disponíveis. O relevante, a nosso juízo, não é a caracterização das exigências para o desempenho dessas atividades, mas sua tendência a assumir um papel cada vez mais significativo no universo das atividades humanas de trabalho. Este fato nos leva para um aspecto fundamental, com presença marcante no raciocínio de Negri: a captura pelo capital da totalidade das atividades de trabalho material e imaterial dotadas de conteúdo (chamadas por ele de "trabalho imaterial"). Interessante é observar inicialmente que Negri, ao refletir sobre essa captura, atualiza o fundamental conceito marxiano de "trabalho abstrato".

2.2.2 – "Trabalho imaterial" e trabalho abstrato

Já explicitamos a periodização negriana dos processos de trabalho sob o capitalismo, ou seja, trabalho semi-artesanal antes de Taylor-Ford e trabalho manual em massa após Taylor-Ford; esta periodização irá gerar a estranha noção de que finalmente, em nossos dias, teria entrado em cena o trabalho abstrato:

"Devemos registrar que uma conseqüência da informatização da produção e do surgimento do trabalho imaterial tem sido a homogeneização real dos processos laborais. Da perspectiva de Marx no século XIX, as práticas concretas de diversas atividades laborais eram radicalmente heterogêneas: as artes da costura e da tecelagem envolviam ações concretas incomensuráveis. Só quando abstraídas de suas práticas concretas atividades laborais diferentes poderiam ser reunidas e vistas de maneira homogênea, não mais como arte da costura e arte da tecelagem, mas como o gasto da força humana de trabalho, como *trabalho abstrato*. Com a informatização da produção, entretanto, a heterogeneidade do trabalho concreto tende a ser reduzida, e o trabalhador é cada vez mais afastado do objeto do seu trabalho. O trabalho de costura informatizada e o trabalho de tecelagem informatizada podem envolver exatamente as mesmas práticas concretas – ou seja, o manuseio de símbolos e de informações. As ferramentas, é claro, sempre economizaram a força de trabalho do objeto de trabalho, em certa medida. Em períodos anteriores, entretanto, as ferramentas geralmente estavam relacionadas, de forma mais ou menos inflexível, a certas tarefas ou a certos grupos de tarefas; ferramentas diferentes correspondiam a atividades diferentes – as ferramentas do alfaiate, as ferramentas do tecelão, ou, mais tarde, a máquina de costura e o tear automático. O computador se apresenta, em comparação, como a ferramenta universal, ou melhor, como a ferramenta central, pela qual deve passar toda e qualquer atividade. Mediante a informatização da produção, portanto, o trabalho tende à posição de trabalho abstrato." (NEGRI & HARDT, 2001, p.313)

As dificuldades de Negri com o "trabalho abstrato" já foram realçadas por Eleutério Prado, como mencionamos anteriormente (PRADO, 2003). Interessa-nos aqui enfatizar que Negri, na sua tentativa, de resto louvável e correta como intenção, de trazer Marx para nossos dias, defronta-se com dois problemas: entra em contradição consigo mesmo e deixa escapar o sentido histórico-

teórico de um conceito marcadamente crítico do capitalismo, qual seja, o de "trabalho abstrato". Vejamos cada ponto separadamente:

1-Como é possível, a um só tempo, considerar o "trabalho imaterial" como impregnado de uma "nova configuração de subjetividade" e crescentemente homogêneo? Trata-se de flagrante incoerência, posto que toda a conceituação negriana de "trabalho imaterial" implica em considerar o trabalho como impregnado de conteúdo, qualificado, o que encaminha o raciocínio na direção da heterogeneidade, e não da homogeneidade. Esta última característica do trabalho está estreitamente ligada à desqualificação, como observava claramente Marx. Considerar que o trabalho passa a ser homogêneo na medida em que se utiliza crescentemente o computador como ferramenta chega a ser quase inacreditável.

2-Todo o fortíssimo sentido crítico do conceito de "trabalho abstrato" foi inteiramente perdido. Inicialmente, como já apontou com precisão Eleutério Prado, este conceito fundamental surge em Negri como se Marx, defrontando-se com uma produção de corte quase artesanal, realizasse apenas uma redução mental e extraísse dessa redução aquilo que havia de comum entre todos esses diferentes trabalhos concretos. Ora, para Marx, o "trabalho abstrato" não é uma mera redução mental, mas sim algo posto concretamente em sua época pelo capital, ao moldar os processos de trabalho às suas determinações, fato que aliás explica a própria possibilidade da redução mental:

> "A indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde um aparece como comum a muitos, comum a todos. Então já não pode ser pensado somente sob uma forma particular. Por outro lado, esta abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Neste caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade, em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade." (MARX, 1974, p.125)

Fica portanto bastante claro que o conceito de "trabalho abstrato" surge historicamente buscando dar conta da natureza imposta ao trabalho pelo capital: desqualificado, homogêneo, altamente intercambiável. Trata-se, portanto, de conceito de forte conteúdo crítico, o que explica a grande importância a ele atribuída por Marx. Já para Negri o caminho desse conceito é bastante diferente: a) surge apenas como "resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos", pois Marx o teria gerado debruçando seus olhos sobre a produção artesanal ; b) apenas apresenta-se referenciado no concreto histórico em nossos dias, quando na verdade o que se passa é o contrário, ou seja, uma

maior impregnação de conteúdo pelas atividades de trabalho, implicando não em indiferença, mas sim em envolvimento do homem com seu trabalho (coisa que aliás se pode extrair do próprio Negri); c) perde-se todo o sentido crítico do conceito, dado que ,para Negri, o "trabalho imaterial" (e portanto abstrato) é extremamente bem-vindo.

Vejamos agora um momento fundamental, já mencionado como o da captura pelo capital da totalidade das atividades humanas de trabalho:

2.2.3 – "Trabalho imaterial" e capitalismo

Um passo crucial na análise de Negri é o de que o capital subordinaria aos seus desígnios a totalidade do chamado "trabalho imaterial", com toda a sua "nova configuração de subjetividade":

"(...) as relações de exploração capitalista estão se ampliando em toda parte, não limitadas à fábrica mas tendendo a ocupar todo o terreno social. (...) De fato, não são atividades produtivas específicas que tendem a ser objeto de exploração e dominação, mas a capacidade universal de produzir, isto é, atividade social e abstrata e seu poder inclusivo" (NEGRI & HARDT, 2001, p.229)

"O capital tornou-se um mundo. O valor de uso e todas as demais referências a valores e processos de valorização concebidos para ficar fora do modo capitalista de produção gradualmente desapareceram." (NEGRI & HARDT, 2001, p.408)

"O fato de que o trabalho imaterial produz ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida e superado todas as barreiras que não só separavam, mas também opunham, economia, poder e saber." (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p.47)

"O mais importante fenômeno geral de transformação do trabalho que testemunhamos nos últimos anos foi a passagem ao que definimos como 'sociedade-fábrica'. A fábrica não pode ser concebida como o espaço paradigmático da concentração do trabalho e da produção; os processos de trabalho ultrapassaram os muros das fábricas e atingiram toda a sociedade. Em outras palavras, o aparente declínio da fábrica como lugar de produção não significa o declínio do regime e da disciplina de fábrica, mas, sim, que essa disciplina não se limita mais a um espaço específico dentro da sociedade, e se insinua em todas as formas de produção social, difundindo-se como um vírus. A sociedade como um todo é agora permeada pelo regime de fábrica, ou seja, pelas regras específicas das relações de produção capitalistas." (NEGRI & HARDT, 2004, p.22)

"A fábrica social foi se expandindo junto com a subsunção real até o ponto em que todo o espectro da produção social foi dominado pelo modo de produção especificamente capitalista."(NEGRI & HARDT, 2004, p.55)

A noção de que o capital estaria capturando e colocando a serviço de sua lógica de valorização do valor a totalidade das atividades de trabalho é bastante difundida e em princípio inteiramente lastreada em Marx. Afinal, foi este autor que sabidamente superou todas as determinações materiais que antes, da Fisiocracia à Economia Política Clássica, se colocavam para o conceito de trabalho

produtivo, gerador de excedente econômico. Para Marx, o conceito de trabalho produtivo é "totalmente indiferente em relação ao *conteúdo do trabalho* e independente dele." (MARX, apud FAUSTO, 1987, p.255). Isto teria permitido a Marx colocar a noção de generalização da forma capitalista : "(...) este fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os *serviços* se transformam em *trabalho assalariado* e todos os seus executantes em *assalariados* (...)" (MARX, 1975, p.96). Ruy Fausto vê aí sinal de capacidade preditiva de Marx: "Esse texto é importante na medida em que prevê o que ocorrerá efetivamente com o sistema, o assalariamento crescente." (FAUSTO, 1987, p.249). Todavia, a questão não é tão clara em Marx, como aponta o próprio Ruy Fausto no estudo realizado em *Marx: Lógica e Política, Tomo II.* Inicialmente, vale citar a menção de Marx a limites à generalização da produção capitalista:

"No caso da produção não material, mesmo quando efetuada exclusivamente com vistas ao intercâmbio e produz mercadorias, existem duas possibilidades: 1) ela resulta em mercadorias, que existem separadamente do produtor, e assim podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo, como livros, quadros, todos os produtos artísticos que são diferentes da atividade artística do artista que a executa. *A produção capitalista só é utilizável aqui numa medida muito limitada.* (...) 2) o produto não é separável do ato de produzir. *Aqui também o modo de produção capitalista só tem lugar limitado* e só pode tê-lo conforme a natureza da coisa em algumas esferas (...)" (grifos nossos) (MARX, 1975, p.102-3)

No estudo minucioso de Ruy Fausto, as limitações acima colocadas por Marx para a incorporação do trabalho não material à lógica capitalista estariam vinculadas a uma não trivial reentrada em cena da natureza do trabalho para a conceituação de trabalho produtivo. Vejamos a citação relevante de Marx:

"Ao considerar as relações essenciais da produção capitalista se pode pois supor que a totalidade do mundo das mercadorias, todas as esferas da produção material – da produção da riqueza material – estão submetidas ao modo de produção capitalista. Sob essa pressuposição, que exprime o limite, e que se aproxima assim cada vez mais da exatidão, todos os trabalhadores empregados na produção de mercadorias são trabalhadores assalariados, e os meios de produção os afrontam em todas as esferas como capital. Pode-se então indicar como característica do *trabalhador produtivo*, isto é, do trabalhador que produz capital, que o seu trabalho se realiza em *mercadoria,* [produtos do trabalho] riqueza material. E assim o *trabalho produtivo* receberia uma segunda determinação subsidiária diferente da sua característica decisiva que é totalmente indiferente em relação ao *conteúdo do trabalho* e independente dele." (MARX, apud FAUSTO, 1987, p.254-5)

Vejamos o comentário de Ruy Fausto para o movimento teórico de Marx:

"Assim, tudo se passa como se num primeiro momento a determinação material não importasse, mas num segundo ela não devesse ser excluída. O que se passa aqui é análogo ao que ocorre a propósito de outros problemas que tocam na relação forma e matéria: há primeiro uma determinação formal com a qual na maioria dos casos a coisa *já é o que é*, há depois um *desenvolvimento* possível, que representa a posição da forma numa matéria que lhe é adequada. Isto vale para o capitalismo em geral (subordinação formal e depois real), isto vale para o dinheiro,

embora nesse caso só posto na matéria adequada o equivalente geral é dinheiro. Aqui ocorre o mesmo: O trabalho que tem como resultado um produto material, e o produto material, são as formas mais adequadas para respectivamente ser explorado em forma capitalista e ser vendido como mercadoria." (FAUSTO, 1987, p.255)

Interessante é observar que, depois de explicar o raciocínio de Marx de forma não trivial, Ruy Fausto o desqualifica completamente em nota de rodapé: "Isto importa para o capitalismo do século XIX. Hoje, tudo se passa como se a forma capitalista tivesse quebrado essa barreira, ela se põe na matéria material como na matéria material."(FAUSTO, 1987, p.255)

Conforme observação feliz de Perry Anderson, "a grande importância política e teórica de Marx não teria persistido até nossos dias se, por vezes, ele não tivesse estado fora de sintonia com o seu próprio tempo, o final do século XIX" (ANDERSON, 1989, p.156-7). No aspecto que nos interessa aqui, Marx estaria, segundo Ruy Fausto, em excessiva "sintonia com seu próprio tempo", o que reduziria drasticamente a importância de suas observações.

Para nós, a relevante questão que fica, sem ter sido esclarecida por Marx e por Ruy Fausto, é a seguinte: quais as razões do primeiro para considerar que a produção não material possuiria limitações em seu processo de incorporação pelo capital, e que, portanto, o trabalho material seria a forma mais adequada para ser explorado em forma capitalista ? Enfim, quais seriam as barreiras que segundo Ruy Fausto teriam sido quebradas no período recente para a captura da produção imaterial pela lógica produtiva capitalista ? Acreditamos que o esclarecimento dessa questão em muito ajudaria na verificação de uma eventual fraqueza teórica de Marx quanto a esse ponto, ou, alternativamente, de que estaríamos na presença de um interessante *insight* teórico.

Continuemos todavia perseguindo o caminho de Negri. Após a consideração de que a totalidade do trabalho imaterial já teria sido capturado pelo capital, nosso autor fecha seu percurso teórico com a consideração das potencialidades trazidas pela "nova configuração de subjetividade" do trabalho subordinado ao capital:

2.2.4 – "Trabalho imaterial" e "pré-requisitos do comunismo"

Para Negri, a "nova configuração de subjetividade" característica do "trabalho imaterial" apresentaria uma incompatibilidade com a forma capitalista de organização da produção, coisa dotada de grande potencialidade transformadora:

"A dimensão imediatamente social da exploração do trabalho imaterial ativo mergulha o trabalho em todos os elementos de relação que definem o social mas também, ao mesmo tempo, ativa os

elementos críticos que desenvolvem o potencial de insubordinação e revolta mediante o conjunto completo de práticas trabalhistas." (NEGRI & HARDT, 2001, p.48)

"Devíamos assinalar antes de prosseguir que em cada forma de trabalho imaterial a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais. Em outras palavras, o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas *a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral* (...) A produtividade, a riqueza e a criação de superávits sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes linguísticas, de comunicação e afetivas. Na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar." (NEGRI & HARDT, 2001, p.315)

"Uma vez que no domínio imperial do biopoder a produção e a vida tendem a coincidir, a luta de classes tem o potencial de irromper em todos os campos da vida." (NEGRI & HARDT, 2001, p.427)

"Se o trabalho tende a tornar-se imaterial, se a sua hegemonia social se manifesta na constituição do *General Intellect*, se esta transformação é constitutiva dos sujeitos sociais, independentes e autônomos, a contradição que opõe esta nova subjetividade ao domínio capitalista (se de alguma forma se queira designá-lo na sociedade pós-industrial) não será dialética, e sim alternativa. Como dizer que para existir este tipo de trabalho, que a nós parece ao mesmo tempo autônomo e hegemônico, não se precisa mais do capital e da sua ordem social, mas se põe imediatamente como livre e constitutivo." (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p. 35-6)

"No trabalho imaterial como 'autor', faz-se necessário sublinhar a radical autonomia das sinergias produtivas (...) A submissão à lógica capitalista da forma de cooperação e do 'valor de uso' desta atividade não tolhe a autonomia e a independência da sua constituição e do seu sentido. Ao contrário, ela abre antagonismos e contradições que, para remeter a uma fórmula marxista, pedem no mínimo uma 'nova forma de exposição'" (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p.49-50)

"As subjetividades produzidas no processo de autovalorização do trabalho vivo são os agentes que criam uma sociedade alternativa, um conjunto de 'pré-requisitos do comunismo', já em ação na sociedade contemporânea." (NEGRI & HARDT, 2004, p.16)

Para efeito de nossos comentários, duas lembranças são necessárias: A primeira diz respeito ao fato de que deixamos de lado neste texto as observações de Negri e colegas que colocam o ohnoísmo (ou toyotismo) como ilustração privilegiada da nova subjetividade do "trabalho imaterial". Trata-se de observações a nosso juízo particularmente infelizes, que demonstram total desconhecimento do(s) autor(es) da força argumentativa da expressiva literatura crítica dessas novidades organizacionais geradas no Japão, que as coloca como seguidoras fiéis, na essência, dos preceitos tayloristas-fordistas com referência ao trabalho vivo imediato. (cf. MORAES NETO, 2003 e WOOD, 1991) A segunda diz respeito à necessidade de extirpar, do conjunto das atividades de trabalho "imateriais" portadoras de potencialidades revolucionárias, todas aquelas inteiramente "amarradas" à forma social capitalista. Imaginamos que não era intenção dos autores incorporar em seu conceito de "trabalho imaterial" as atividades de trabalho envolvidas por exemplo nas áreas

contábil, financeira, mercadológica. Esta afirmação não está isenta de problemas, pois algumas das atividades mais ajustadas às características postas por Negri para o "trabalho imaterial" estão dentro daquelas totalmente "amarradas" à forma social capitalista, como é o caso do trabalho nas agências de publicidade. Todavia, parece-nos razoável supor que Negri e companheiros não conseguiriam visualizar "pré-requisitos do comunismo" nesse amplo conjunto de atividades. Fixemo-nos portanto no conjunto de atividades humanas de trabalho possuidoras de uma natureza ontológica, ou seja, ligadas à reprodução da vida humana enquanto tal. Mesmo aí, o argumento negriano carece de robustez, sendo colocado de forma inteiramente *ad hoc*, sem ilustrações concretas que pudessem lhe dar consistência, o que permitiu a seguinte observação de Sérgio Lessa: "Milagres acontecem. E, agora sabemos, são 'repentinos'!" (LESSA, 2002, p.117). Não é todavia nossa intenção aqui fazer a crítica dessa noção de Negri, provavelmente a mais criticada no interior do marxismo. Interessa-nos, isto sim, tentar entender sua gênese histórica, ou seja: o que teria levado Negri a uma formulação tão questionável? Para nós, a resposta está no fato de que Negri teria conseguido observar um fato absolutamente fundamental: a destruição histórica do taylorismo-fordismo teria atualizado, de forma abrupta e incrementada, a tão famosa (e ao mesmo tempo tão mal tratada) noção crucial de Marx de contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. A superação radical do trabalho assalariado industrial manual típico do taylorismo-fordismo pela automação de base microeletrônica é, como já vimos, o fato histórico contemporâneo que instigou toda a reflexão de Antonio Negri. Tal superação teria sido então responsável pela grande atualidade atribuída por Negri à visão de Marx nos *Grundrisse* segundo a qual o capital seria profundamente auto-contraditório. Aliás, seria mais que atualidade; na verdade, para Negri, estaríamos em presença dessa auto-contraditoriedade pela primeira vez na História, noção que só podemos entender a partir da equivocada periodização negriana para o processo de trabalho capitalista. De qualquer forma, vale a seguinte observação: ainda que o resultado tenha sido bastante infeliz ("pressupostos do comunismo", "comunismo espontâneo e elementar", "comunismo sem transição", etc.), Negri nos aponta o bom caminho teórico-político, qual seja, o de avaliar o impacto do fim do taylorismo-fordismo sobre a natureza auto-contraditória do capital. Nossas considerações finais terão como objetivo sugerir uma possibilidade de trabalho dentro desse *locus* fundamental da auto-contraditoriedade do capital, a partir de uma tentativa de "rechear" a noção marxiana da existência de limites ao império do capital postos pela natureza mesma dos processos produtivos.

3 – Limites ao império do capital? : uma proposta de investigação

Já deixamos clara a proposta de que existe um bom caminho teórico-político em Negri, a despeito dos defeitos sérios em sua construção: a consideração de que, em nossos dias, em função do fim do medíocre desvio histórico representado pelo taylorismo-fordismo, podemos antever um movimento de exacerbação da proposta marxiana crucial da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Vale a pena inicialmente alguns comentários sobre a natureza dessa contradição em Marx. É bastante comum uma interpretação que leva em conta, em primeiro plano, a consideração da miséria da maior parcela da população:

"Conforme o capitalismo imperialista continua sobrevivendo, a contradição entre as potencialidades das forças produtivas e a miserabilidade a que o domínio das relações capitalistas de produção condena a imensa maioria das massas se faz mais patente." (CASTILLO, 2001, p.1)

Uma interpretação dessa natureza teria, forçosamente, que, ao olhar para o capitalismo avançado em nossos dias, desviar rapidamente o olhar para os lugares dominados pela miséria. Dessa forma, não se poderia visualizar a contradição no interior do próprio capitalismo avançado, a qual nos parece essencial, além de inteiramente ajustada à propositura metodológica de Marx, sabidamente voltado ao estudo do mais avançado estágio do capitalismo. Essa interpretação implica em considerar, acima de tudo, que a superação da última sociedade de classes, para Marx, deveria levar a uma situação que de forma alguma se esgotaria na socialização das condições materiais de existência (pressuposto de resto fundamental e viabilizado pelo desenvolvimento das forças produtivas), mas sim que caminharia em direção a um projeto extremamente ambicioso no que respeita à vida humana, qual seja, o de permitir a cada um dos seres humanos a oportunidade de uma vida plena de sentido. Para tanto, é absolutamente crucial que se parta de um nível extremamente elevado das forças produtivas, pois só assim se pode superar a sociedade de classes. Alcançar esse nível é a grande façanha histórica do capital, e por essa razão, nos ensina Marx, o capitalismo se constitui na última sociedade de classes. Esse elevado nível de forças produtivas permite que as atividades de trabalho voltadas à reprodução material da sociedade sejam não só dotadas de grau extremamente elevado de produtividade do trabalho, mas também impregnadas de conteúdo, como também nos ensina Marx nos *Grundrisse.* Além disso, dada a expressiva e crescente redução quantitativa do trabalho voltado à reprodução material da sociedade, abre-se aos seres humanos um conjunto imenso de possibilidades de trabalho de natureza não material, como nos lembra Sérgio Lessa:

"Com o crescente 'afastamento das barreiras naturais' (Marx), com o desenvolvimento das capacidades humanas, que se expressa de forma nodal no desenvolvimento das forças produtivas, a humanidade tem despendido cada vez menos trabalho para a transformação da natureza. É isto, de forma palmar, que significa o desenvolvimento das forças produtivas: é necessário cada vez menos

trabalho intercâmbio orgânico com a natureza. O que, também, significa que cada vez mais energia humana pode ser deslocada para atividades que não o trabalho, o que abre enorme campo de possibilidades para o desenvolvimento da humanidade." (LESSA, 2001, p.123)

É evidente que existe um problema na citação acima, muito embora seu sentido geral seja interessante: o autor usa o conceito de trabalho como trabalho alienado, como é comum em Marx, mas não considera que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas aponte para a superação radical desse trabalho no *locus* da produção material, como claramente o faz Marx nos *Grundrisse*, e como de resto seria crucial para concretizar as enfáticas afirmações do "jovem Marx" sobre a necessidade de eliminação do trabalho para a constituição de relações sociais superiores. (Sobre esse ponto, cf. MORAES NETO, 2004) Considerando que a negação do trabalho enquanto trabalho alienado caminha de braços dados com a afirmação do trabalho como momento crucial da vida humana, então no interior do "enorme campo de possibilidades para o desenvolvimento da humanidade" mencionado por Sérgio Lessa existe fundamentalmente *trabalho*. É esse movimento que instiga Antonio Negri e os autores do "trabalho imaterial": ao realizá-lo, o capital estaria entrando (finalmente) no caminho sem saída de sua auto-contraditoriedade. A especificidade do raciocínio de Negri é que esse movimento contraditório exigiria a subordinação de todas as esferas de atuação humana, ou seja, de trabalho, à lógica do capital, à lógica da valorização do valor. Este seria uma passo crucial do raciocínio, posto que é a partir dessa captura de toda a vida humana pelo capital que teriam lugar os "pressupostos do comunismo". Parece-nos possível todavia um caminho alternativo, o qual se fundamentaria na questão: é realmente possível que todas as esferas da vida humana sejam colocadas sob o domínio do capital? A nosso juízo é essa a questão central, pois, caso a resposta seja positiva, a entrada posterior dos "pressupostos do comunismo" parece forçada. Afinal, nada estaria mais ajustado às noções de "trabalho imaterial" e de sua "nova configuração de subjetividade" do que o cinema americano e a televisão brasileira, e no entanto a impressão que passa é de forte ajuste das subjetividades (na verdade não tão novas) à lógica do capital. O caminho que estamos sugerindo já pode ser antevisto em frase de Sérgio Lessa: "Não há identidade absoluta possível entre capital e humanidade" (LESSA, 2002, p.114). Na verdade, significaria perscrutar uma eventual força teórica maior do que a atribuída por Ruy Fausto à assertiva marxiana da existência de limites à captura pelo capital das diferentes atividades humanas. Como vimos, para Marx tais limites estariam colocados para o caso dos serviços; desfortunadamente, não nos esclareceu quais seriam. Em outro texto, tentamos uma pista, que ainda hoje nos parece promissora como projeto de investigação:

"Através da explosão do taylorismo-fordismo, recoloca-se a questão enfatizada por Marx da prescindibilidade do trabalho vivo para a reprodução material da sociedade; a produção industrial passa a ser, em todos os seus segmentos, uma "aplicação tecnológica da ciência". Para aqueles

(poucos) que permanecerem com atividades de trabalho na área da produção material, tornar-se-á possível superar a heteronomia do trabalho sob o capitalismo, permitindo um considerável grau de envolvimento do homem com sua atividade de trabalho (saliente-se que isto não supera a mediocridade social do capitalismo, coisa que se pode ilustrar, por exemplo, pela subordinação da segurança física dos trabalhadores ao cálculo do lucro em indústrias com elevado grau de risco). A questão que se coloca imediatamente é: e quanto à atividade de trabalho da grande maioria da população, que passará a ser dispensada do trabalho necessário à reprodução material da sociedade? Se a resposta da sociedade for um grande volume de desempregados, ela estará mostrando sua mediocridade; afinal, não haveria atividades socialmente úteis (e individualmente gratificantes) a desempenhar? A sociedade não necessitaria de atividades humanas nas áreas da educação, da saúde, das artes, da ciência, do lazer, etc ...? Na verdade, a atividade humana será sempre socialmente imprescindível justamente onde é imprescindível a presença humana. Seria dessa forma possível estabelecer uma vinculação enriquecida entre trabalho e cidadania: as atividades de trabalho remanescentes seriam, a um só tempo, possibilitadoras do desenvolvimento das individualidades de quem as exerce, e do desenvolvimento da qualidade de vida de quem as usufrui. As relações de produção capitalistas permitem esse caminho histórico? A subordinação da produção de bens e serviços à lógica do lucro permite desenvolver o conjunto das atividades de trabalho enriquecedoras individual e socialmente? Não seria algo socialmente muito ambicioso para os limites estabelecidos pelas relações capitalistas? O que não é nada confortável para o capital é que as atividades de trabalho remanescentes dificilmente podem ser integralmente subordinadas à lógica capitalista da produção de bens e serviços como um meio para a valorização do valor. O capital defrontar-se-á com uma nova e difícil barreira, de natureza ética, caso queira subordinar todas essas atividades à lógica do lucro." (MORAES NETO, 1999, p.113-4)

Este caminho de reflexão implica em considerar mais viva do que nunca a célebre advertência contida no *Manifesto Comunista* segundo a qual o capitalismo gera civilização demais para os estreitos limites colocados por sua mediocridade enquanto forma social. (MARX & ENGELS, 1977, p.26)

Notas

1) Estamos usando o autor Antonio Negri como representativo da produção teórica recente sobre o "trabalho imaterial", que contou com a participação bastante ativa de Michael Hardt e Antonio Lazzarato. Assim o fazemos para efeito de simplificação, tendo em conta ser Antonio Negri o mais importante e conhecido autor dessa linha teórica. Ao longo do texto, a participação dos demais autores será explicitada.

2) Vejamos os dois tipos de qualificação em Kaplinsky: "(...) é necessário discutir brevemente a relação entre *skill e knowledge*, que são conceitos relacionados, mas não idênticos. *Knowledge* abrange o entendimento de um processo ou informação a um nível abstrato, tais como aqueles que podem ser transmitidos a outro indivíduo de forma igualmente abstrata. Como tal, o conhecimento deve ser explicitamente racionalizado em termos abstratos que possam ser prontamente entendidos – um processo que passamos a conhecer como ciência e tecnologia. *Skill* compreende um conjunto de experiências exercitadas, que pode envolver não apenas a aquisição de conhecimento, mas também um grau maior ou menor de aptidão natural e regras implícitas de operação. *Skills* são adquiridos individualmente e envolvem a combinação de aprendizagem abstrata, aptidão e experiência, mas o mesmo não é verdadeiro para *knowledge,* que é essencialmente abstrato e menos individualizado."(KAPLINSKY, 1985, p.435)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry (1989) *Considerações sobre o marxismo ocidental.* São Paulo, Editora Brasiliense,

BLISSETT, Luther (1997) *Negri, Bordiga, the General Intellect and the Nomadic War Machines.* http: // www.desk.nl/~nettime/

CASTILLO, Christian (2001) Comunismo sem transição? *Estratégia Internacional*, n.17

CORIAT, Benjamin (1985) O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: Pimentel, D. et alii (orgs) *Sociologia do trabalho: Organização do trabalho industrial*. Lisboa, A Regra do Jogo, Edições

FAUSTO, Ruy (1987) *Marx: Lógica & Política*, Tomo II. São Paulo, Editora Brasiliense

FERRO, J.R.; TOLEDO, J.C. & TRUZZI, O.M.S. (1985) *Automação e trabalho em indústrias de processo contínuo*. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos (mimeo)

KAPLINSKY, Raphael (1985) Electronics-based Automation Technologies and the Onset of Systemofacture: Implications for Third-World Industrialization. *World Development,* v.13, n.3

LESSA, Sérgio (2001) Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt. *Estudos de Sociologia*, n.11

LESSA, Sérgio (2002) Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva. *Crítica Marxista*, n.15

LINHART, Robert (1977) *Lenine, os camponeses e Taylor.* Lisboa, Iniciativas Editoriais

MALTESE, Francesca (1978) Notes For a Study of the Automobile Industry. In: EDWARDS, R.;

REICH, M. & GORDON, D. (orgs) *Labor Market Segmentation*. Boston, D.C. Heath

MARX, Karl (1974) *Para a crítica da Economia Política.* São Paulo, Os Pensadores, Abril Cultural

MARX, Karl (1975) *Capítulo inédito d'O Capital: Resultados do processo de produção imediato.*Porto, Publicações Escorpião

MARX, Karl (1975) *O Capital.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

MARX, Karl (1978) *Elementos fundamentales para la crítica de la Economia Política (Grundrisse), 1857-1858.* México, Siglo XXI

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1977) Manifesto do Partido Comunista. In: *Textos*, Vol III, São Paulo, Edições Sociais

MORAES NETO, Benedito de (2003) *Século XX e trabalho industrial : Taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate.* São Paulo, Xamã Editora

MORAES NETO, Benedito de (2004) O percurso teórico da "abolição do trabalho" (ou da superação da "angústia smithiana") em Marx: avanços e recuo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política,* n.14

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael (2001) *Império.* Rio de Janeiro-São Paulo, Editora Record

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael (2004) *O trabalho de Dioniso: Para a crítica ao Estado pós-moderno.* Juiz de Fora, Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora – Pazulin

NEGRI, Antonio & LAZZARATO, Maurizio (2001) *Trabalho imaterial.* Rio de Janeiro, DP&A Editora

PRADO, Eleutério (2003) *Pós-grande indústria: Trabalho imaterial e fetichismo.*Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina

ROSDOLSKY, Roman (1985) *Genesis y estructura de El Capital de Marx.* México, Siglo XXI

WOOD, Stephen (1991) O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo? *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v.17, n.6

(*) Estamos usando o autor Antonio Negri como representativo da produção teórica recente sobre o "trabalho imaterial", que contou com a participação bastante ativa de Michael Hardt e Antonio Lazzarato. Assim o fazemos para efeito de simplificação, tendo em conta ser Antonio Negri o mais importante e conhecido autor dessa linha teórica. Ao longo do texto, a participação dos demais autores será explicitada.